

INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A ESTRADA DO COLONO

01. Os primeiros documentos estabelecendo áreas de proteção nas proximidades das Cataratas datam de 1916. O Parque Nacional do Iguaçu foi criado em 1939.
02. A estrada foi construída em 1954 pelo DER-PR seccionando o Parque no sentido Norte-Sul em partes praticamente iguais. A estrada não-pavimentada, com 18 Km de extensão, tem entre 10 e 15 metros de largura e liga as cidades de Medianeira, localizada às margens da BR-277, e Capanema, nas margens do rio Iguaçu. A ligação com Capanema é feita por meio de balsas, sujeita, portanto, a variações sazonais e com limitação de uso noturno.
03. O fechamento da estrada era uma antiga reivindicação dos ambientalistas e dos responsáveis pela administração do parque. Encontrava forte resistência dos agricultores da região, em sua grande maioria vindos do Rio Grande do Sul e conhecidos pela voracidade com que exploram a terra. Esta atitude impediu que se desenvolvessem no entorno do Parque qualquer atividade de transição: as lavouras chegam até as bordas do Parque.
04. Em 1981, o IBDF e a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza elaboraram o Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu. O Plano identificou a existência da Estrada como um conflito de uso: "o trecho da estrada Medianeira-Capanema cortando o Parque numa extensão de 18 Km e correspondendo a uma faixa desmatada de 12,5 m de largura, representa uma ameaça constante à integridade do Parque e ao equilíbrio das populações animais da região. Deve ser encontrada uma solução política e técnica para que, uma vez interditado este trecho, a economia e as populações dos municípios interessados não sejam prejudicados".
05. O Plano identificava como principais danos causados pela existência da estrada:
 - À Corte e apanho de espécimes da flora silvestre;
 - À Quebra ou outra danificação de espécimes da flora silvestre;
 - À Perseguição, apanha ou caça de espécimes da fauna silvestre;
 - À Atropelamento proposital de espécimes da fauna silvestre.
06. Ao definir a zona intangível do Parque, - conceituada como matriz de repovoamento de outras zonas -, o Plano incluiu a área onde se localizava a estrada recomendando, portanto, o seu fechamento para uso público. Entre as normas estabelecidas no Plano de Manejo para a zona intangível estão:
 - À Não será permitido o uso público;
 - À A infraestrutura será limitada a trilhas necessárias às atividades científicas, administrativas ou de proteção;
 - À Não será permitido o uso de veículos auto-motores.
07. Mesmo assim, durante a primeira campanha eleitoral para o governo do estado depois da ditadura, em 1981, o então candidato José Richa prometeu que, se fosse eleito, asfaltaria a ligação Capanema-Medianeira. Em 1986, já governador, Richa tentou cumprir a promessa mas foi impedido por uma ação movida por

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
data	____/____/____
ccd.	____

INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A ESTRADA DO COLONO

um cidadão de Foz do Iguaçu que acusava o IBDF de omissão por não ter fechado a estrada como determinava o Plano de Manejo do Parque. A liminar concedida pela justiça federal, que determinava o fechamento da estrada, provocou grande polêmica na região. Já haviam, na época, duas ligações alternativas entre Capanema e Medianeira, de percurso muito mais longo.

08. O fechamento da estrada acontece em ano eleitoral (1985) e de profunda crise na economia regional, baseada principalmente na pequena agricultura. Isso é suficiente para que se passe a apontar o fechamento da estrada como causa da crise. Nos dez anos em que a estrada esteve fechada, esta situação se repetiu, invariavelmente, em cada campanha eleitoral. A reabertura da estrada sempre foi a bandeira da oposição de plantão.
09. Em 1987, a sentença final foi proferida determinando o fechamento definitivo da estrada. É curioso observar que o IBDF, que era réu na ação inicial, acatou a argumentação dos proponentes e virou co-autor. Em compensação, a procuradoria geral do estado passou a exigir na justiça o direito de abrir a estrada e asfaltá-la. Para tanto, recorreu da sentença na Justiça Federal no Paraná mas, dois anos depois, o Tribunal Regional e Porto Alegre confirmava a sentença.
10. Fechada desde 1986, a estrada foi rapidamente coberta pela vegetação e, quatro anos depois, já eram poucos os vestígios de seu traçado e, atualmente, já podem ser encontradas árvores de grande porte naquele local (visitei o “estrada” anualmente entre 1986-90 e era surpreendente o modo com que alguns mamíferos de grande porte, inclusive felinos raros, apossavam-se do território). Portanto, quando se fala, hoje, em “reabrir” a estrada, na verdade, isto significa ABRIR uma estrada dentro da zona intangível do Parque.
11. Do ponto de vista legal, existe um problema. O governo do estado deixou de apresentar laudo pericial, exigido pela justiça, na época em que o processo estava em andamento. Isto não impediu o juiz Milton Luiz Pereira de proferir a sentença final, mas possibilitou um novo recurso do governo do estado do Paraná e/ou dos municípios da região pedindo anulação da sentença pela falta desse documento. O processo continua valendo mas a sentença não foi reiterada.
12. O movimento mais recente pela reabertura da estrada começou durante a campanha eleitoral do ano passado, liderada pelos candidatos do PT nas duas cidades com o apoio de um deputado estadual, também do PT, que, já no ano passado, entrou na lista suja do Fórum das Entidades Ambientistas da Região Metropolitana de Curitiba por ter incluído a previsão para a construção de uma estrada-parque no orçamento estadual.
13. Os dois candidatos do PT a prefeito ganharam as eleições e o caldo começou a engrossar. Foi criada a Associação de Integração Comunitária pró-Estrada do Colono - AIPOPEC que defende a construção de uma estrada-parque de custos gigantescos e viabilidade econômica duvidosa, uma vez que não existem grandes atrativos para levar o turista a um local tão distante das Cataratas. O discurso

INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A ESTRADA DO COLONO

do movimento é contraditório, porque muitos dos prefeitos falam em prejuízos astronômicos com o fechamento da estrada ao mesmo tempo em que parecem acatar as restrições inerentes a uma estrada-parque, ou seja, proibição de tráfego de caminhões, tráfego noturno etc.

14. Por baixo do pano, houve-se falar, com muita insistência, do sonho de uma grande rodovia de integração do Mercosul, que faria ligação direta entre a Argentina e a BR-277 em direção ao Porto de Paranaguá, tudo isto, cortando o Parque Nacional do Iguaçu. Apesar da megalomania, esta parece ser uma explicação razoável para os últimos acontecimentos.
15. Existe um pano de fundo político-partidário que não pode ser ignorado. O Governador Jaime Lerner cada vez mais impopular no interior e as oposições se valendo disto para fortalecer suas bases. Não se pode esquecer, também, que o dep. Luciano Pizzato (assim como o empresário Cecílio Rego Almeida, teve seus inetrresses fortemente contrariados pela atual superintendência do Ibama no Paraná, que cancelou todas as concessões que funcionavam dentro do Parque, boa parte das quais nas mãos deste dois cavalheiros.
16. Não deve ser difícil mobilizar pequenos comerciantes em crise em duas cidades do interior com apoio das prefeituras municipais para uma “insurreição”. O PT pode ter entrado nessa iludido pela perspectiva de aumentar sua base eleitoral. Como se não bastasse este samba do crioulo doudo, o movimento dos sem-terra resolveu dar o ar de sua graça, não se sabe se por solidariedade ou de olho naquele montão de terra improdutiva.

Enfim, um imbroglio pra ninguém botar defeito, um imbroglio tropical. Confesso que estou assustada e com dificuldade para localizar o(s) foco(s) da crise. Telefone para conversarmos.

Teresa